

Dicionários para o ensino de língua materna: princípios e critérios de escolha

Maria da Graça Krieger*

Resumo: Em razão do conjunto de informações que oferece, o dicionário é um instrumento didático privilegiado para o ensino da língua materna. Apesar de seu potencial didático, o dicionário é usado de modo limitado no ensino da língua materna. Em geral, o professor não está aparelhado para explorar a riqueza de informações lingüísticas constantes do dicionário e tampouco recebe orientações para escolher o dicionário mais apropriado a seu projeto pedagógico, já que os dicionários não são todos iguais e não devem ser escolhidos indistintamente. Diante disto, este artigo objetiva apresentar alguns princípios e critérios orientadores de escolhas de dicionários por parte do professor, visando a facilitar e qualificar o trabalho com dicionários em sala de aula.

Palavras-chave : Lexicografia, dicionário de língua, instrumento didático

Resumen: Dado el conjunto de informaciones que ofrece, el diccionario es instrumento didático privilegiado para la enseñanza de la lengua materna. Sin embargo, aunque tenga ese potencial didático, se utiliza de forma limitada en la enseñanza de la lengua materna. En general, el profesor no está preparado para explorar la riqueza de informaciones lingüísticas inclusas en él y tampoco recibe orientaciones para elegir el diccionario más adecuado a su proyecto pedagógico, puesto que ni todos los diccionarios son iguales tampoco deben ser elegidos indistintamente. Frente a eso, este artículo tiene el objetivo de presentar algunos principios y

* Professora Titular da UFRGS, docente do PPG-Letras, mgkrieger@terra.com.br.

critérios que sirvan de orientación en la elección de los diccionarios por parte del profesor, buscando auxiliar y cualificar el trabajo con diccionarios en las clases.

Palabras clave: Lexicografía, diccionario de lengua, instrumento didáctico.

1 O dicionário: um lugar de lições sobre a língua

Em geral, o professor de língua materna, que busca realizar sua tarefa da melhor maneira possível, utiliza dicionários em suas aulas. A adoção de um dicionário como um dos instrumentos básicos para o ensino do idioma revela a consciência do valor didático desse tipo de obra que oferece informações sobre o léxico, seus usos e sentidos, apresentando ainda os padrões gráficos e silábicos dos vocábulos e expressões de um idioma entre outros elementos. Em consequência, sua utilização está, corretamente, associada ao desenvolvimento de determinadas competências do aluno, destacando-se os exercícios com o léxico que incidem diretamente sobre os processos de leitura e produção textual, embora favoreça também outros exercícios voltados a descrições lingüísticas. Em realidade, o conjunto das informações que encerra torna o dicionário um lugar privilegiado de lições sobre a língua, um instrumental didático de grande valia para o professor.

Como sabemos, o denominado dicionário

de língua, a mais prototípica das obras lexicográficas, é o único lugar de catalogação sistemática do léxico, equivalendo a um paradigma lingüístico por excelência, instância de legitimação das palavras de um idioma. Nessa medida, o dicionário cumpre o papel de código normativo de um sistema lingüístico, gozando de uma inquestionável autoridade nas sociedades. Este estatuto de obra de referência sobre o comportamento lingüístico, gramatical e pragmático das unidades lexicais de um idioma é também determinante do valor pedagógico dos dicionários.

Apesar do reconhecimento unânime de suas funções didáticas, este tipo de obra é ainda um objeto bastante desconhecido e mesmo pouco explorado no ensino da língua materna. Há uma série de razões para isto, a iniciar pela concreta realidade de que a lexicografia, quer teórica, quer aplicada, é muito pouco estudada em nosso meio. Em consequência, os professores costumam não estar instrumentados para um trabalho mais sistemático e produtivo com dicionários, nem tampouco sentem-se seguros para escolher uma obra para suas aulas. Em geral, há nomes consagrados na lexicografia, o que sinaliza para o “acerto da escolha” por parte do professor. Mas, em geral, pode-se dizer que:

Sem o hábito de discutir e definir critérios científico-pedagógicos para avaliar a vasta lexicografia existente na língua portuguesa, o professor encontra

dificuldades para se defrontar com a constante e difícil pergunta: qual é o melhor dicionário? Em vez de uma análise crítica que lhe permita avaliar e comparar obras, para indicar a mais qualificada e a mais apropriada ao seu projeto de ensino, ao nível de escolaridade de seu aluno, o docente acaba submetendo-se a uma lógica comercial e a critérios práticos, como o custo e o peso do livro. (KRIEGER, 2003:71))

Nos tempos atuais, essa lógica comercial é muito forte, pois os dicionários são produtos de alta vendagem e o público escolar é muito visado. De fato, há um crescimento editorial no plano da lexicografia pedagógica ou didática, que se destina aos estudantes no aprendizado de sua língua materna. Nesse segmento, predominam os minidicionários, cujo caráter escolar, freqüentemente, está associado mais às suas dimensões reduzidas do que à adequação ao ensino da língua. Apesar de práticas, as versões sintéticas nem sempre são as melhores para um uso didático. O conjunto de informações pode ser limitado, mas os dados existentes necessitam ser qualitativos, correspondendo a uma adequada representatividade do léxico e uma correta descrição da língua, para que o dicionário escolhido seja confiável.

O professor deve ter consciência de que tal como faz escolhas de métodos e materiais didáticos, em particular de livro-texto, sua visão crítica também necessita direcionar-se

para os dicionários, pois são obras que, de acordo com seu aproveitamento, equivalem a livros-textos e, igualmente, são perpassadas pelas ideologias.

Ao contrário do que se costuma pensar, os dicionários não são neutros e tampouco são iguais. Existem muitas diferenças estruturais, princípios e de tratamento dos dados coletados que se refletem no conteúdo e organização das obras. Por tudo isto, as recomendações dos professores são de extrema relevância. A esse respeito, Alvar Ezquerro, um dos maiores estudiosos de teoria e prática lexicográficas na Espanha, país de larga tradição no campo dos dicionários, diz com propriedade que:

O professor deve conhecer seriamente cada uma das obras lexicográficas existentes, ou ao menos as mais importantes para cada período de escolaridade). Mas, infelizmente, isto quase nunca acontece, deixando-se levar pela propaganda, quase sempre interessada, do editor ou por conselhos de livreiros ou de outras pessoas que nem sempre são autorizadas na matéria. (ALVAR EZQUERRA:s.d.:166)

Em nosso meio, um dos reflexos negativos da ausência de um conhecimento docente mais aprofundado sobre as obras lexicográficas, está também no fato de que o aluno não é levado a compreender mais profundamente o significado de um dicionário, nem a dar-se conta de seu potencial informativo sobre a língua, nem tampouco a

manejá-lo produtivamente. Em geral, a utilização deste tipo de obra limita-se ao domínio do manejo da ordem alfabética, a uma rápida olhada no conteúdo, a uma simples conferência sobre a existência ou não de alguma palavra ou sintagma e, em geral, à sua grafia. Em contrapartida, os mestres:

(...) conscientes da importância desse aprendizado prévio, não sabem como fazê-lo de uma forma conveniente, pois embora as autoridades educativas recomendem, desde cedo, o uso de enciclopédias e dicionários para que o aluno busque informações e resolva dúvidas na compreensão dos textos, não oferecem orientações metodológicas de como fazê-lo. (PRADO ARAGONÉS, 2001:210)

Conforme se constata, são múltiplas as razões que deixam o docente e, também o aluno carentes de estudos lexicográficos mais sistemáticos. Esta é uma lacuna a ser suprida, dada a grande valia que representa um produtivo uso de dicionário monolíngüe para o aprendizado da língua materna, bem como de outras disciplinas e saberes que os dicionários também contemplam, dado que são obras pragmáticas multifuncionais e cobrem o componente lexical das sociedades em múltiplas realizações. Com isso, registram desde um vocabulário do cotidiano até termos técnico-científicos, bem como expressões e locuções de natureza lexical.

2 Os dicionários não são todos iguais

O olhar crítico sobre os dicionários costuma ser raro, não somente pela falta de formação docente em lexicografia e ausência generalizada de tradição dessa crítica em nosso meio, mas também por que a sociedade costuma compreender que os dicionários de língua são todos iguais, uma vez que o objetivo é sempre o mesmo: o registro sistemático e ordenado alfabeticamente do léxico de um sistema lingüístico. E, como tal, consagram-se como obras inquestionáveis e neutras, paradigma de referência sobre a existência, a grafia, usos e sentidos das palavras de um idioma. Logo, pequenas diferenças não ganham significação maior, sua autoridade e a imagem de neutralidade que projetam não costumam ser contestadas. Apesar disso, existem grandes distinções entre os dicionários, quer pelo registro e tratamento dos dados lexicais, gramaticais e os diferenciados enfoques semânticos, quer pelas marcas ideológicas que contêm como qualquer outro texto.

A errônea idéia de que os dicionários monolíngües não se diferenciam está também, em muito, vinculada à arraigada concepção de que a organização de uma obra lexicográfica corresponde a uma simples tarefa compilatória, que se resume a reunir dados já estabelecidos e convencionados socialmente. Nessa perspectiva, trata-se apenas de sistematizar as informações

coletadas, apresentando-as sob a forma do código dicionarístico, convencionado pelas entradas alfabéticas e a organização interna dos verbetes. No entanto, a elaboração varia e uma obra confiável requer uma proposta lexicográfica específica, que leve em conta a adequação da informação ao usuário visado, além, evidentemente, de fundamentos científicos que subsidiem a descrição e o funcionamento das unidades lexicais. Neste caso, uma boa obra reflete princípios teóricos e metodológicos da denominada lexicografia descritiva, área que organiza os dados lexicais à luz de descrições lingüísticas e pragmáticas sobre as virtualidades e realizações lexicais.

Mesmo considerando que, atualmente, os estudos lingüísticos podem contribuir significativamente para o aperfeiçoamento das obras lexicográfica, a realidade social dos dicionários e os interesses do mundo editorial prejudicam determinados ideais de qualidade informacional e descritiva buscada pelos consulentes. Seria mesmo ingênuo acreditar que uma prática milenar viesse a se ordenar a partir de teorias lingüísticas, considerando-se ainda que os dicionários são produtos destinados a amplos públicos, usuários leigos em problemáticas de análise de unidades lexicais.

De toda forma, elaborar um dicionário, junto a aspectos de estruturação da obra, é um fazer complexo que requer um paradigma teórico-metodológico consistente. O estabelecimento desse paradigma corresponde à determinação

das regras de produção de um dicionário, consistindo num dos mais importantes aspectos de uma qualificada lexicografia aplicada. Isto envolve, entre outros aspectos, uma definição de objeto e de princípios para a elaboração lexicográfica, cabendo tomar decisões, por exemplo, a respeito da extensão do léxico a ser repertoriado, o que vai resultar na nomenclatura do dicionário, e da seleção de elementos históricos gramaticais e lingüísticos a serem descritos. Decisões dessa natureza fazem com que os dicionários de língua apresentem modalidades distintas, as quais costumam ser classificadas conforme o número total de entradas.. Nessa perspectiva, os mais usuais nas sociedades contemporâneas, correspondem às seguintes categorias, segundo Biderman (2001):

1) O dicionário-padrão com uma nomenclatura (macroestrutura) de 50.000 palavras-entrada aproximadamente, podendo estender-se até 70.000 verbetes;

2) o dicionário escolar em que a nomenclatura de 25.000 palavras-entrada aproximadamente;

3) dicionário infantil – (faixa etária: menos de 7 anos) nomenclatura: 5000 palavras.

(BIDERMAN, 2001 p.132)

No Brasil, como refere a mesma autora, costuma-se chamar de mini-dicionários as duas últimas categorias em virtude de consistirem em versões reduzidas de um dicionário de língua. Paralelamente, Biderman lembra que a

lexicografia geral considera que um repertório lexical composto por 50.000 verbetes é mais do que suficiente para o grande público, tendo em vista que “um homem culto domina, no máximo, 25.000 palavras (ou mais) no seu léxico tanto ativo como passivo” (idem p. 134).

A despeito de registros específicos, o acervo lexical existente nas grandes culturas é gigantesco, posto que incluem termos técnico-científicos e dificilmente uma obra pode conter todas as palavras de uma língua, sobretudo porque o léxico é o componente lingüístico que mais se expande dado que expressa a interrelação com o mundo exterior. É através dele que o homem nomeia todos os elementos da realidade física, cultural, científica, subjetiva e ideológica que o circundam. Em consequência, as distintas categorias de dicionários vão privilegiar distintas extensões de sua nomenclatura.

Toda essa problemática numérica relaciona-se também a cortes temporais no léxico repertoriado, pois se palavras novas são cunhadas cotidianamente, muitas outras caem desuso. Casos dessa natureza atestam o quanto deve ser criterioso o fazer lexicográfico para resultar num produto confiável.

Atualmente, a seleção de entradas ampara-se, em muito, nas tecnologias informáticas que favoreceram a constituição de grandes corpora textuais. Estes conjuntos de textos permitem um estudo sobre a ocorrência das unidades lexicais nas situações comunicativas de forma mais ágil, observando

os índices de freqüência, fator que consiste em parâmetros básicos em lexicografia. Nessa orientação léxico-estatística, inscrevem-se os dicionários de usos, assim chamados porque registram o léxico e os sentidos mais utilizados pelos falantes. Mais ainda, o léxico freqüente identificado nessas bases textuais é também representativo da realidade da língua utilizada nas mais diferentes formas de comunicação, cobrindo ainda inúmeras e distintas temáticas, desde que o corpus, evidentemente, seja representativo dos discursos reais em suas múltiplas variedades.

Os dicionários de uso têm sido bastante valorizados pela escola, pois retratam uma língua corrente, sem privilegiar palavras empregadas somente em obras literárias clássicas, conforme faziam os dicionários mais tradicionais. Nestes casos, é comum o registro de alguma palavra empregada uma única vez por algum escritor consagrado. A opção de registro mais estilístico do que corrente está vinculada à imagem de dicionário como modelo do dizer correto.

A despeito de princípios distintos para estabelecer o léxico repertoriado, o dicionário de usos, independente de suas versões mais ou menos extensas, não deixa de ser um lugar privilegiado de representação do bem-dizer. No entanto, o dizer “correto” não está mais vinculado a um padrão modelar de expressão, mas à aceitabilidade do funcionamento de um idioma. Vale dizer, trata-se agora de valorizar a linguagem em sua prática, tomando por base

a utilização recorrente de unidades lexicais em suas formas e sentidos por uma comunidade lingüística e não somente por uma classe intelectual. Dito de outro modo, nesse tipo de dicionário, não se trata mais de registrar o “melhor” da língua, mas a língua “concreta” e, nessa medida, a língua real. Trata-se aqui de uma importante mudança de foco, ou seja, a lexicografia prescritiva cede lugar à lexicografia descritiva.

Mesmo com essas alterações, que atualizam a complexa problemática da norma lingüística e de uma série de outros aspectos aí envolvidos, o dicionário de língua continua sendo, em sua essência, obra de referência lingüística, com poder normativo. Em razão desse papel incontestável de estabelecer e legitimar o léxico de uma língua e da influência dos dicionários sobre as práticas e o conhecimento lingüísticos, é que a análise detalhada e crítica dessas obras, por parte do professor, reveste-se de importância maior, exigindo uma escolha qualitativa e adequada ao nível de escolaridade das crianças e jovens que freqüentam nossas escolas.

3 Da avaliação de dicionários

Avaliar um dicionário em termos qualitativos pressupõe que o professor leve em consideração, no mínimo, três componentes básicos: a proposta lexicográfica da obra em análise, sua confiabilidade e adequação ao

projeto de ensino que busca desenvolver. Este procedimento avaliativo, centrado tanto na inter-relação com o plano docente, quanto na confiabilidade e pertinência da obra, deve ocorrer sempre, tal como o docente seleciona os livros didáticos que considera qualificados para a melhor aprendizagem de seus alunos.

Sob o prisma das inter-relações com os projetos de ensino, é preciso considerar que os dicionários estruturam-se conforme o público visado e, conseqüentemente, variam em sua proposta. Por exemplo, em se tratando de séries iniciais, os dicionários infantis, com figuras e desenhos relacionados às palavras, são muito funcionais, pois estão estruturados para auxiliar e motivar a criança no processo de alfabetização.

Na escola, há também outros objetivos como aqueles voltados ao domínio efetivo do código escrito, bem como oral. Para tanto, o conjunto de informações lingüísticas, fonéticas e fonológicas apresentadas são extremamente relevantes para esta fase de aprendizagem.

O dicionário, em sua função didática mais evidente, serve para ampliar a aperfeiçoar o conhecimento do léxico de uma língua, em decorrência, sua utilização é muito produtiva para o desenvolvimento de atividades fundamentais como a leitura e a produção textual nos diferentes níveis e patamares que essas atividades comportam. Esse apoio é basilar, pois, como sabemos, o aluno chega à escola com um desempenho lexical limitado. Tal situação é natural em

razão da idade, observando-se também que a limitação está relacionada ao entorno social e cultural em que vive. E, nos dias atuais, a limitação vocabular, especialmente dos jovens é, por tudo que significa, uma barreira, cuja superação a escola deve ser propor a suplantar para um pleno desenvolvimento profissional e social das novas gerações que ocupam os bancos escolares.

Nesse contexto, inscreve-se a problemática do componente léxico a ser adquirido pela criança e pelo jovem no que tange tanto à quantificação, quanto à qualificação lexicais. Diante disso, é sempre difícil fazer a escolha de dicionários, que apresentam diferentes nomenclaturas mesmo que as línguas tenham um núcleo comum. A esta dificuldade está intimamente relacionado o fato de que o léxico é o componente da língua que não tem limites estabelecidos, amplia-se e renova-se no processo de denominação dos objetos reais e culturais, conceitos e processos, mecanismos e tecnologias entre tantas situações novas que resultam do dinamismo da vida cotidiana, do avanço científico entre muitas outras facetas do mundo dos homens. É assim que, além de palavras e de sentidos novos que surgem na comunicação diária, há também aquelas que caem em desuso.

Sem dúvida, a mutabilidade do componente lexical das línguas faz com que, muitas vezes, o professor encontre dificuldades em estabelecer os patamares a atingir na aprendizagem dos sentidos e usos das palavras.

Na realidade, a aquisição do léxico é um processo sem fim, que se prolonga ao longo da vida. E, cabe à escola uma parte importante desse processo que não pode dispensar o auxílio dos dicionários.

É interessante lembrar que as pessoas tendem a considerar como um mau dicionário aquele que não registra alguma palavra, ou seja, um dicionário é mais julgado pela ausências do que pelas presenças. O surgimento de novas palavras e novos sentidos se dá num ritmo tão acelerado no mundo atual que os dicionários dificilmente não apresentem algumas lacunas. No entanto, a falta de alguma palavra não é suficiente para que um dicionário seja, de imediato, desqualificado. Há falhas graves que revelam descuido com o tratamento dos dados, mas é preciso também observar qual o tipo de palavra, se bastante atual, se usada em sentido específico e não geral, entre outros aspectos.

Os dicionários eletrônicos têm maiores possibilidades de atualização do que os tradicionais, publicados em versão papel. Mas, acima de tudo, é a representatividade do componente lexical, que não pode ser comprometida. Daí também a importância da explicitação de critérios para que o professor possa estar informado a respeito das bases de registro das unidades lexicais para avaliar a qualidade da obra, considerando a proposta original. Toda obra lexicográfica estruturada com base em princípios e metodologia claros costuma explicitar suas condições de produção nas partes pré-textuais, muito embora poucos

se dediquem à sua leitura. No entanto, o professor pode aí, encontrar subsídios que o auxiliem na escolha que deve fazer para seus alunos.

Na realidade, três componentes estruturais dos dicionários não podem ser descuidados em qualquer processo avaliativo: a constituição do repertório léxico; o conjunto das informações apresentadas no verbete e o tratamento semântico dos dados. Esses três ângulos devem obrigatoriamente atender aos requisitos de representatividade, caso especial do repertório léxico em dicionários que não se limitam ao público infantil, e confiabilidade, o que se relaciona não somente aos princípios de registro lexical, mas ao conjunto das informações lingüísticas, gramaticais, semânticas entre outras que se somarem. Estas são qualificações básicas e indispensáveis a toda e qualquer obra, independente das proposições particulares que vão marcar distinções entre dicionários, sejam eles mais ou menos exaustivos na informação sobre a língua quer por princípio, quer por que ajustados a um determinado perfil de usuário.

Ao mesmo tempo, esses últimos aspectos atualizam o questionamento sobre quais e que tipo de palavra são indispensáveis num dicionário de língua, já esta categoria de obra comporta diferentes configurações de nomenclatura e raramente inclui todas as palavras? Em lexicografia, o critério básico é o da frequência de uso, o que vai determinar, invariavelmente, a presença das palavras

gramaticais, ficando as lexicais relacionadas ao universo de discurso em que são empregadas. De toda forma, há um núcleo comum vinculado à comunicação ordinária.

Os lexicógrafos costumam conceber o núcleo léxico comum como aquele, cujas unidades não se caracterizam como arcaísmos, gírias, variações regionais, termos técnico-científicos, embora estes, cada vez mais, circulem nas comunicações do cotidiano. De certa forma, o núcleo lexical de uma língua é definido mais pelo que não é, do que pela sua própria essência. No Brasil, a lexicografia ainda carece de muitos estudos para poder responder melhor, por métodos léxico-estatísticos, a este problema maior, relativo à abrangência da cobertura lexical.

Com isso, permanece a questão: qual é um bom dicionário? Como já dissemos, trata-se de uma resposta vinculada a um determinado nível e a objetivos pedagógicos. Por exemplo, em se tratando de ensino fundamental, uma fase de grande significado para o desenvolvimento de uma criança, um bom dicionário é aquele que traz uma cobertura vocabular que permita-lhe identificar seu próprio vocabulário em diferentes usos e sentidos, mas também registra palavras, oriundas de outros universos, que não apenas o cotidiano, de forma alargar horizontes, conhecimentos e, conseqüentemente, ampliar as condições de leitura e de escrita em níveis adequados à idade do aluno com todas as implicações positivas daí decorrentes. Trata-se, portanto, de oferecer

uma instrumentação para que a criança ultrapasse barreiras, que possa apreender melhor o que ouve na televisão, nas músicas que escuta, bem como no contato com livros, sejam infantis ou não, com revistas em quadrinhos, com jornais, com a internet, entre outros suportes culturais tradicionais e contemporâneos da comunicação.

É importante ainda observar que o princípio da adequação da escolha da obra lexicográfica ao projeto de aprendizagem para o aluno, não deve ser compreendido como limitador e excludente de consultas a outros dicionários destinados ou apropriados a níveis mais avançados. O estudo comparativo é sempre muito enriquecedor. Assim, também podem ser consultados dicionários de caráter enciclopédico, ou seja, aqueles que, além das definições estritas relativas ao sentido das palavras, trazem dados históricos e científicos ou técnicos que ampliam o conhecimento do aluno sobre o conteúdo das entradas.

Por outro lado, os dicionários também são instrumentos que oferecem suporte a atividades voltadas ao ensino descritivo da língua, embora este aspecto não costume ser muito explorado em sala de aula. Entretanto, a diversidade de informações históricas, fonéticas, fonológicas, prosódicas, lingüísticas, sociolingüísticas entre outras sobre as unidades léxicas, tal como sistematizadas nos verbetes, constituem rico material de consulta, abrindo caminho para o aprendizado sobre a constituição e

funcionamento sintático e semântico das palavras. A presença desses elementos deve ser considerada na apreciação de um dicionário para o ensino.

Além disso, as chamadas marcas de uso, como regionalismos, arcaísmos, entre outras variações, apontam a diversidade de realizações que a dimensão discursiva da linguagem atualiza. Em conseqüência, essas marcas de uso consistem em um dos fatores importantes no âmbito de um processo avaliativo qualitativo, porquanto auxiliam o aluno a conhecer o funcionamento de sua língua, bem como ampliar sua competência comunicativa.

Nesse quadro avaliativo, é indispensável o exame das informações relativas ao plano do significado. O enfoque léxico-semântico é o eixo ordenador da rede de acepções do verbete, componente que corresponde à microestrutura em lexicografia. Além da propriedade de referir distintos sentidos, quando se trata de palavras polissêmicas, há outros elementos constitutivos de importância a serem examinados como a qualidade dos enunciados de definição. Este aspecto está largamente relacionado ao modo de formulação da definição, cujo princípio comunicacional básico é o de delimitar clara e precisamente o sentido da palavra, dispensando o usuário de novas consultas de esclarecimento. Para tanto, os exemplos e as abonações desempenham um papel essencial, tornando-se mesmo indispensáveis na lexicografia didática.

O problema da definição traz consigo toda a problemática da perífrase e da sinonímia. Sem avançar nessa discussão, cabe observar que apresentar palavras que adquirem valor sinonímico na comunicação é, sem dúvida, produtivo para o aprendizado da língua, para a ampliação da competência lexical do estudante, mas não o é para o estabelecimento da equivalência de sentido entre definido e definidores. Tal equivalência é necessária para que o usuário encontre o sentido que busca e os termos sinônimos, na sua expressiva maioria, podem aproximar-se semanticamente, mas não podem oferecer a “igualdade” de sentido que caracteriza um bom enunciado de definição.

Muitos dicionários utilizados limitam-se a arrolar sinônimos e criam as chamadas “definições” circulares, ou seja, definem um sinônimo pelo outro e vice-versa, obrigando o consulente a efetuar novas buscas, nada elucidativas. Sem dúvida, o exame das formas de equacionamento semântico oferece importantes subsídios para a apreciação qualitativa da obra.

Para concluir, não é demais lembrar de outro componente significativo na avaliação lexicográfica: a qualidade do tratamento dos dados refletida nas informações sobre a língua que integram os verbetes. É inadmissível erro na descrição dos dados apresentados em nenhum caso, muito menos naquelas utilizadas em sala de aula. Para além da correção dos dados, o professor poderá avaliar a abrangência e a

profundidade dos dados apresentados no verbete. É nessa perspectiva que poderá também julgar a propriedade e a adequação da obra, considerando sua realidade de ensino e seus propósitos didáticos.

Muitos outros elementos constitutivos de uma obra lexicográfica podem ser avaliados, mas o componente lexical apresentado, a articulação do verbete, recobrando descrições lingüísticas, e o tratamento semântico são pontos basilares no exame qualitativo de um dicionário de língua. Isto sem esquecer que a lexicografia é um fazer complexo, e, exatamente por isso, há mais obras confiáveis do que perfeitas no grande mercado editorial. Mas, ao inscrever, no eixo de componentes qualitativos, a inter-relação entre a adequação da proposta lexicográfica da obra e os objetivos pedagógicos definidos para seus alunos, o professor será sujeito dos processos de aprendizagem da língua materna, sem subjugar-se a lógicas externas à missão da escola.

Referências bibliográficas

ALVAR EZQUERRA, M. Función del diccionario en la enseñanza de la lengua. In: _____. ALVAR EZQUERRA. **Lexicografía descriptiva**. Barcelona, Bibliograf, s.d. p: 165- 180.

BIDERMAN, M.T. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e

técnicas. In: OLIVEIRA, A.M.PP. & ISQUERDO. A.N. (orgs.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. 2.ed. Campo Grande, MS: Ed.UFMS,2001. p. 131-144

KRIEGER, M.G. Dicionário de língua: um instrumento didático pouco explorado. In: TOLDO, C.S. (org.) **Questões de Lingüística**. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2003. p.70-87

PRADO ARAGONÉS, J. El diccionario como recurso para la enseñanza del léxico: estrategias y actividades para su aprovechamiento. IN: AYALACASTRO, M. ORG. **Diccionarios y enseñanza**. Alcalá, Universidad de Alcalá, 2001. p. 205-226